

O PAPEL DA “AGENDA 21 LOCAL” ENQUANTO INSTRUMENTO DE GESTÃO

CÉLIA QUINTAS, DOCENTE ESCE IPS

quintascelia@yahoo.com

JOSÉ CARLOS ALBINO, CONSULTOR em DESENVOLVIMENTO

zeca.albino@gmail.com

A presente comunicação analisa os impactos produzidos pela “Agenda 21 Local” em dois concelhos do interior alentejano. Propomo-nos analisar os processos potenciais de empreendedorismo comunitário desenvolvidos, tendo em conta a forma como a “Agenda 21 Local”, enquanto instrumento de gestão (com *análise, planeamento e avaliação*), contribui para potenciar dinâmicas participativas de desenvolvimento. Assim, o nosso objetivo geral consiste em analisar dois municípios do Alentejo e compreender as metodologias e expectativas ligadas à elaboração deste processo. Especificamente, procuramos identificar as metodologias utilizadas para a construção do Diagnóstico para a Sustentabilidade, que constitui uma primeira e importante parcela do processo.

Assim foi nosso propósito analisar a “Agenda 21 Local” a dois níveis:

- a) As capacidades e limitações na elaboração e concretização do Diagnóstico e Visão Estratégica, com as suas metodologias;
- b) A sua aplicação e dos seus efeitos concretos ao nível do desenvolvimento local (D.L.)

Pretendemos, não só analisar o potencial deste *projecto/processo*, enquanto instrumento de desenvolvimento local, mas também introduzir sugestões de melhoria no sentido de o tornar mais participado e eficaz.

Neste sentido e através de entrevistas semiestruturadas, de natureza exploratória, a interlocutores privilegiados no campo do Poder Local e de Agências de D.L., foi possível aprofundar, numa perspetiva não representativa, a importância das dinâmicas empreendedoras (*realizadas ou “esquecidas”*), construídas numa lógica participativa. Neste sentido, é unanimemente aceite, pelos entrevistados, que as dinâmicas participativas dos vários agentes locais, individuais e coletivos, é fundamental na construção e implementação da “Agenda 21 Local”.

Destacamos como fator de reflexão a necessidade de operacionalizar as medidas contempladas na *Matriz da AG.21*, numa lógica participativa, respeitando os tempos, espaços, *culturas e* dinâmicas dos atores locais para a sua concretização.

Palavras-chave: “Agenda 21 Local”, Desenvolvimento Local, empreendedorismo social, *participação*

INTRODUÇÃO

A presente comunicação pretende analisar os impactos produzidos pela “Agenda 21 Local” em dois concelhos do interior alentejano.

A “Agenda 21 Local” é um instrumento de gestão de cariz participativo, que pretende garantir o desenvolvimento sustentável a nível local. Parte do pressuposto de que o desenvolvimento global não pode ser concretizado à revelia do desenvolvimento local, nas suas várias dimensões: ambientais, sociais e económicas, tendo como base de concretização a participação dos agentes locais.

Neste sentido, propomo-nos analisar os processos potenciais de empreendedorismo comunitário, desenvolvidos, tendo em conta a forma como a “Agenda 21 Local”, enquanto instrumento de gestão, contribui para potenciar dinâmicas de desenvolvimento.

De acordo com Joas e Grönholm (2004) a “Agenda 21 Local” constitui um instrumento de governação, que pretende contribuir para o desenvolvimento de políticas sustentáveis, dinamizadas pelos governos locais e outros parceiros e organizações de âmbito local. A perspetiva referida em epígrafe é sustentada por Meindl e Magel (2005) que se referem à “Agenda 21 Local” como um instrumento efetivo de desenvolvimento local.

Neste sentido e através de entrevistas semiestruturadas a interlocutores privilegiados, no campo do poder local e de Agências de D.L., pretendemos aferir a importância das dinâmicas empreendedoras (realizadas *ou “esquecidas”*), analisando, paralelamente, os seus impactos ao nível do desenvolvimento local e territorial, numa ótica de sustentabilidade e *empowerment* (Friedman, 1992).

A comunicação subdivide-se em três campos:

- 1- Caracterização sumária da “Agenda 21 Local”, enquanto instrumento de gestão e planeamento, tendo em conta a sua articulação com os conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento global;
- 2- Apresentação da metodologia utilizada, bem como dos principais resultados, analisados numa lógica de desenvolvimento local/territorial.
- 3- Tentativa de conclusões/lições para que a “Agenda 21/Local” seja, *de facto*, útil e eficaz nos seus enunciados *propósitos*.

I. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DA “AGENDA 21 LOCAL”

A “Agenda 21 Local” (A21L) é um processo no qual as autoridades trabalham com a comunidade, com o intuito de elaborar uma estratégia conjunta para a construção de projetos aplicados, com o intuito de melhorar a qualidade de vida ao nível local (Agenda 21 Local 2013).

A A21L foi concebida e adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (vulgarmente designada por Cimeira da Terra), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Resultou da necessidade de aplicar os princípios da Agenda 21 ao desenvolvimento local (Agenda 21 Local, 2013).

A Agenda 21, por sua vez, refere-se à importância do poder local para que a sustentabilidade ambiental, social e económica sejam implementadas nessa escala e contexto (Macedo et al, 2012).

Por essa razão os governos locais reuniram-se, associaram-se e definiram orientações conjuntas para dar cumprimento aos princípios enunciados na Agenda 21: proteção do ambiente, desenvolvimento económico e coesão social (Agenda 21 Local, 2013).

Um estudo realizado por Macedo et al (2012) refere-se à A21L como um plano de ação (ou programa) local para atingir a sustentabilidade. Referem os autores que a Agenda se desenvolve através de um amplo processo consultivo, que deve ser promovido e monitorizado pelas autoridades locais. Pressupõe o envolvimento dos cidadãos e representantes de grupos relevantes. É aconselhável que este processo se integre com planos, prioridades e programas já existentes.

Trata-se de um processo que compreende as seguintes fases:

- Fase de compromisso e sensibilização;
- Fase de diagnóstico;
- Fase de plano de ação;
- Fase de implementação; fase de monitorização, avaliação e revisão iterativa (Garzillo & Kuhn, 2007 in Macedo et al, 2012).

A A21L já foi assinada por quase duas centenas de governos, entre os quais Portugal.

Com efeito o estudo de Macedo et al (2013) identifica a Europa como uma das regiões do mundo onde a A21L está melhor implantada (Smardon, 2008; Evans & Theobald, 2003 in Macedo et al, 2012).

Em Portugal a A21L também se instalou e conta já com cerca de 167 municípios aderentes (Agenda 21 Local 2013).

A A21L constitui, assim, uma forma de gestão local que pressupõe a construção de um diálogo entre o poder local e os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas, para a produção e dinamização deste documento. Trata-se de implementar um processo genuinamente participativo, através de metodologias consultivas onde se tenta progressivamente encontrar consensos. Esta filosofia pressupõe que o poder local aprenda com os cidadãos, com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais para recolher a informação necessária com o intuito de elaborar um documento que proponha uma estratégia global de desenvolvimento. Além de funcionar como um instrumento de gestão, a A21L tem também o objetivo de aumentar a consciencialização dos cidadãos para as questões do desenvolvimento sustentável (Agenda 21 Local. 2013).

O relatório *Brutland*, publicado em 1987, identifica o conceito de desenvolvimento sustentável como a resposta para o futuro da humanidade. No entanto, este relatório encontra dificuldade de concretização porque nem sempre se consegue consenso na articulação de três fatores essenciais – o social, o económico e o ambiental – As A21L constituem um movimento internacional que procuram concretizar esta conciliação (Silva & Gonçalves, 2005).

A título de exemplo, o Município de Aljustrel, com *Coordenação Técnica* da ESDIME, concluiu recentemente o diagnóstico para a sustentabilidade ao nível da sua “Agenda 21 Local”, estando presentemente em fase adiantada na definição do, conseqüente, Plano de Ação. Partindo dos pressupostos supra enunciados define assim o processo de construção deste instrumento:

“A Agenda 21 Local” é um processo em que as autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) trabalham com a restante comunidade na elaboração de uma estratégia conjunta e na aplicação de projetos com vista à melhoria da qualidade de vida

ao nível local. Para isso é muito importante não esquecer que é fundamental o envolvimento e a participação ativa de TODOS os munícipes, sem qualquer exceção” (CM Aljustrel 2013).

Pretende-se, assim, criar grupos multi-setoriais/temáticos, que possam acompanhar os processos da A21L e onde estejam representados todos os setores da comunidade que, por seu lado, devem ser formalmente envolvidos no desenvolvimento e implementação das ações em curso.

Contando com os grupos de interesse presentes, pretende-se fazer um diagnóstico de sustentabilidade, tendo em conta, de forma integrada, as condições sociais e ambientais e as tendências de evolução que se verificam na comunidade. O objetivo final consiste em construir uma visão sustentável do futuro da comunidade tendo como base o diagnóstico e a avaliação de prioridades.

Seguidamente, deverá implementar-se um plano de ação que identifique prioridades, objetivos claros e mensuráveis, papéis e responsabilidades, tendo em conta também os meios os recursos e os processos de financiamento para o desenvolvimento das atividades propostas.

ESQUEMA I: DIAGNÓSTICO PARA A SUSTENTABILIDADE



Assim, o desenvolvimento é construído pelas pessoas onde elas vivem, aprendem, trabalham, amam e morrem (Friedman,1992).

1.2. CONSTRUIR O GLOBAL A PARTIR DO LOCAL: CONTRIBUTOS EM TORNO DO CONCEITO DE “GLOCALIZAÇÃO”

Na abordagem efetuada em torno do conceito de desenvolvimento, constatamos que as bases de reflexão se alteraram com a emergência do fenómeno de mundialização e com o (re) surgimento de estratégias de desenvolvimento local (Quintas, 2000).

Para John Bryden os intercâmbios comerciais internacionalizaram-se progressivamente no decorrer dos séculos. No entanto, a mundialização é um fenómeno recente que se intensificou entre 1980 e 1990. Na origem da expansão do fenómeno estão as tecnologias de informação (Bryden,1998).

As sociedades modernas em crescente mutação e complexificação tornaram o espaço uma variável multidimensional, atravessado por fluxos de comunicação e informação cada vez mais transversais. Esta evolução societal prende-se com as necessidades das sociedades capitalistas de produzir e comercializar cada vez mais (Amaro, 1990).

Em função do exposto, é possível constatar que o capitalismo é cada vez mais internacional, transnacional e mundial (Amaro, 1990).

Nesta lógica de transnacionalidade aparecem, de uma forma muitas vezes exacerbada, as identidades regionais, étnicas e locais. Com efeito, estas lógicas regionais e locais coexistem com as lógicas transnacionais e levam-nos à constatação de que devemos pensar localmente para existir globalmente. Trata-se da ideia de *aldeia global* sintetizada por Roque Amaro “...a consciência de pertencer ao mundo (*aldeia global*), também é enriquecida por uma mais forte identidade local” (Amaro, 1990).

As identidades regionais e locais aparecem muitas vezes como forma de reação face à insegurança, solidão e anonimato potenciado pelas lógicas supra e transnacionais. São

portanto um subproduto decorrente destas lógicas globais e representam uma descoberta das capacidades endógenas e das especificidades regionais e locais (Amaro, 1990).

O processo em curso exige uma redefinição dos poderes públicos que, conjugada com uma vontade de resistir aos malefícios da mundialização, explica a atenção crescente dada ao papel das populações locais (Bryden,1998).

Os grandes protagonistas do processo são, entre outros, as autarquias, as P.M.Es, os núcleos empresariais, os sindicatos locais, as coletividades e os cidadãos, que serão a base para o desenvolvimento deste paradigma territorialista ligado ao desenvolvimento endógeno (Amaro, 1990).

Para Albino (2003), importa promover o exercício ativo da cidadania pois, assim, poderemos encontrar novas formas de exercício da democracia. Considera-se que o local constitui um espaço de aprendizagem e o desenvolvimento local um elemento importante neste processo, pois potencia a prática quotidiana de trabalho com os cidadãos, a partir da base e tendo em conta a sua capacidade de quotidianamente disseminar sementes, combater o conformismo e o comodismo e formar pessoas para que conheçam os seus direitos e a maneira de os exercer efetivamente.

Para Bryden (1998) a ação dos protagonistas será mais eficaz se for feita em conjunto, por isso é necessário encorajar as parcerias articulando sectores públicos e privados, para favorecer um desenvolvimento económico dirigido localmente, num mundo dominado por sociedades multinacionais

II. METODOLOGIA E RESULTADOS

A metodologia utilizada consiste numa análise exploratória, que corresponde, de forma aproximada, à metodologia de estudos de caso. Recordamos que a metodologia dos estudos de caso constitui uma aproximação a uma determinada realidade não podendo, em rigor, ser extrapolada para outros contextos. Como refere Stake (2007) o estudo de caso oferece uma base pouco sólida para generalizações.

A partir das entrevistas com informantes privilegiados, foi possível obter informação sobre o processo de construção da “Agenda 21 Local” em dois Municípios do Interior Alentejano. As entrevistas foram realizadas a dois agentes, a que chamaremos atores, ligados ao desenvolvimento local, a associações e municípios.

Assim, como referimos, o nosso objetivo geral consiste em analisar dois municípios do Alentejo, tendo em conta as representações dos atores entrevistados e compreender os processos e expectativas ligadas à elaboração deste processo. Especificamente, procuramos identificar as metodologias utilizadas para a construção do Diagnóstico para a Sustentabilidade, que constitui uma parcela do Projecto/documento “Agenda 21 Local”.

Assim foi nosso propósito analisar a “Agenda 21 Local” a dois níveis:

- c) As capacidades e limitações na elaboração do documento;
- d) A sua aplicação e dos seus efeitos concretos ao nível do desenvolvimento local.

Neste contexto, pretendemos, não só analisar o potencial deste documento enquanto instrumento de desenvolvimento local, mas também introduzir sugestões de melhoria no sentido de o tornar mais eficaz.

Para o efeito, foram colocadas as seguintes questões:

- 1- Qual a importância de elaborar uma “Agenda 21 Local”?
- 2- Quais são os aspetos mais relevantes para a elaboração eficaz da “Agenda 21 Local”?
- 3- Quais são as maiores dificuldades na elaboração deste instrumento?
- 4- Quais são os mecanismos de participação utilizados para auscultar os agentes locais envolvidos?
- 5- Quais são os maiores entraves/dificuldades na implementação da “Agenda 21 Local”?
- 6- Na sua opinião como podem ser colmatadas essas dificuldades?
- 7- Consegue enumerar casos de boas práticas na implementação da “Agenda 21 Local”?

8- Quais são os elementos fundamentais para que a “Agenda 21 Local” seja um instrumento eficaz de Gestão e de desenvolvimento local?

Os resultados das entrevistas foram organizados em categorias, que decorrem das questões enunciadas, utilizando, para o efeito, a análise categorial temática.

Assim, foram identificadas as seguintes categorias para o instrumento “Agenda 21 Local”:

1. Importância;
2. Relevância;
3. Dificuldades na elaboração;
4. Mecanismos de Participação;
5. Dificuldades de implementação;
6. Estratégia para colmatar dificuldades;
7. Boas Práticas;
8. Estratégias de Eficácia.

2.1. PRINCIPAIS RESULTADOS

Iniciamos a nossa análise, identificando unidades de registo (Parágrafo) referidas pelos atores, para cada uma das categorias enunciadas.

1. Importância

“A Agenda 21 Local é um instrumento extremamente importante, devendo ser orientado no sentido de garantir a participação dos cidadãos e das organizações. É muito importante produzir estes documentos” E1

“Um aspeto fundamental é a sua abrangência; é um instrumento de ação da CM que abrange todas as causas: económicas, sociais, ambientais etc... Integra neste processo todos as agentes e parceiros do Município, que com ele cooperam no território. Tem este aspeto ecológico”. E2

“Também o fato de os vários pilares de desenvolvimento serem abordados ao mesmo nível. Não se dá primazia ao vetor económico, em detrimento dos outros, sociais e ambientais”. E2

“Outro aspeto a destacar é a participação de todos.” E2

2. Relevância

“A garantia de uma metodologia participativa, que se deve fazer auscultando as organizações e os cidadãos, utilizando vários instrumentos”. E1

“...Como referi a perspectiva ecológica e o fato do processo ser participativo. Também o fato de os vários pilares de desenvolvimento serem abordados ao mesmo nível. Não se dá primazia ao vetor económico em detrimento dos outros: sociais e ambientais.”E2

3. Dificuldades na elaboração

“A dinamização dos grupos. Os grupos têm que ser orientados, senão pode ser confuso. Os animadores devem ter capacidade para estimular a participação e garantir que todos participam” E1.

“A operacionalização. O processo iniciou-se em 2008/2009. Pretendia-se fazer uma Agenda 21 Local comum em 2 concelhos. Com as eleições autárquicas, o concelho avançou com uma entidade de Instituto Politécnico. Depois, acabou por ter que contratualizar com a ESDIME”. E2

4. Mecanismos de Participação

“Criação de grupos de trabalho – workshops: no nosso caso iniciámos com um grupo grande de cerca de 60 pessoas representantes de todas as Freguesias do Concelho...Identificaram-se vários problemas: Ambientais, Económicos, Tecnológicos etc.

Depois, formaram-se grupos pequenos, temáticos, onde se tentou identificar problemas e soluções para cada uma das necessidades. As pessoas empenharam-se muito neste processo e foi possível criar algumas expectativas...”. E1

“Fez-se uma espécie de diagnóstico de situação numa lógica de análise SWOT e a metodologia das nuvens, privilegiando, num primeiro momento, pessoas e organizações do Concelho e depois pessoas e organizações de cada Freguesia”. E1

“Também foram aplicados questionários à população do Concelho”. E1

“Foram enviados milhares de questionários à população, incluindo o meio escolar. Foram obtidas 169 respostas de cidadãos e organismos e 220 respostas no conjunto.

A auscultação integrou a população em geral, mas também as empresas, organizações várias e a comunidade escolar. *Ficou, todavia, aquém do desejável*”. E2

“No entanto, temos um conjunto de parceiros que nos tem acompanhado neste processo: IPSS, Associações de agricultores, empresas locais, associações de caráter desportivo e cultural, o IEFPP, a partir do GIP, CMP, CPCJ. O que permitiu concluir esta primeira fase de diagnóstico com sucesso. Uma mais-valia neste processo é a consultoria que foi contratualizada com a ESDIME”. E2

5. Dificuldades de implementação

“As pessoas e as organizações participaram ativamente no processo de elaboração do documento. Contribuíram com ideias, construiu-se um documento com muito potencial, mas ainda não houve nada em relação à implementação”. E1

“1º Compatibilizar os resultados com os objetivos das entidades promotoras, a Câmara Municipal, por exemplo.

2º Ver onde podemos encontrar os recursos humanos, materiais e tecnológicos, que devem ser afetados ao projeto, ver se existem no Concelho ou se deveremos procurar fora”. E1

“Por outro lado entre os vários Concelhos que elaboraram a Agenda 21 Local não houve qualquer sinergia territorial, e deveria existir. Eu não sei o que os Concelhos vizinhos vão fazer e que sinergias poderiam ser criadas”. E1

“A operacionalização. O processo iniciou-se em 2008/2009. Pretendia-se fazer uma Agenda 21 Local comum a Castro Verde e Aljustrel. Com as eleições autárquicas.

Aljustel avançou com o Politécnico de Beja. Depois acabou por contratualizar com a ESDIME.

Outro aspeto seria a desejável participação mais intensa nos questionários”. E2

“Os grandes entraves que se têm colocado à região e ao país, é a dificuldade de trabalhar em conjunto. Daí a importância destes instrumentos como a Agenda 21, que mobiliza pessoas e entidades a todos os níveis do processo e pode ajudar a mudar esta realidade. Já temos boas experiências de participação através da rede social”. E2

6. Estratégia para colmatar dificuldades

“Criando mecanismos de participação, utilizando por exemplo as novas tecnologias”. E1

“Concretização das medidas que são definidas num processo de participação em continuidade”. E1

“Precisamos de criar vínculos com estes processos e criar uma cultura de cooperação entre instituições, que foi o segredo do sucesso da rede social. Esse caminho de participação já foi desenhado pela rede social.” E2

7. Boas Práticas

Alguns Concelhos têm vindo a implementar as medidas enunciadas na Agenda 21 Local e isso resulta de: vontade, recursos, e capacidade de operacionalizar” E1

8. Estratégias de Eficácia

“Conseguir que todos participem, organizações e cidadãos e esta participação deverá permanecer durante todo o processo”. E1

“Capacidade para recolher, organizar e sistematizar a informação, feedback constante, mecanismos de abertura e participação continuado”. E1

“Traçar objetivos e metas diferentes para conseguir chegar a todos”. E1

“Relacionar com outros instrumentos de gestão e com tudo o que está à sua volta”. E1

“...possa ir incorporando no processo os inputs de todos os parceiros, para ser um mecanismo de desenvolvimento de todo o território”. E2

“Não pode ser um processo fechado. Concluído todo o ciclo, que se renove”. E2

III. CONCLUSÕES

Podemos concluir que a Agenda 21 local é enunciada como um instrumento fundamental de gestão participativa, tendo como vetor fundamental o facto de se poder construir, com base nos agentes locais e nas várias perceções do território. Considera-se importante o conceito subjacente, que coloca ao mesmo nível as variáveis ambientais, sociais e económicas, no campo do desenvolvimento local, embora se reconheça que a assunção e apropriação pelas Comunidades Locais, Municípios, Agentes e Instituições, revela-se com fragilidades e descontinuidades.

É unanimemente aceite, pelos entrevistados, que as dinâmicas participativas dos vários agentes locais, individuais e coletivos, é fundamental na construção e implementação da “Agenda 21 Local”. O que vai ao encontro das perspetivas teóricas neste campo (Joas & Gronholm, 2004; Meindl & Magel, 2004; Silva, 2005; Medeiros, 2006; Agenda 21 Local 2013). Mas, reconhece-se que nem sempre é constituída como ação prioritária.

Concluimos, também, que a mobilização dos agentes para a participação e os processos de animação e dinamização dos grupos, de forma a obter consensos e ideias comuns, constitui o fator fundamental de sucesso nestes processos, mas, também, uma das suas maiores dificuldades.

Verificamos que a mobilização para a participação não é fácil, sendo referido, pelos atores entrevistados, que tal se deve a uma ausência de cultura de participação cívica e de governação e iniciativas partilhadas. Assim, as metodologias utilizadas nos dois concelhos (workshops, questionários à população e sessões públicas), que visam a participação efetiva dos cidadãos, encontraram alguma resistência, principalmente, ao nível dos atores e agentes individualmente considerados. Verificamos que esta tendência pode ser colmatada com a participação mais efetiva de Equipas de Dinamização e Promoção (agentes coletivos), que contribuíram, ao longo de todo o processo, para a construção do diagnóstico de sustentabilidade e, conseqüente, plano.

A operacionalização deste documento, também, parece ser uma dificuldade apontada pelos atores entrevistados. Esta dificuldade deve-se frequentemente a uma incapacidade

de alocar os recursos necessários, mas também ao fato de não existir por parte dos agentes e autoridades locais uma clara e assumida motivação para a operacionalização. Enquanto efectiva prioridade.

Destas constatações, por via destas duas experiências, mas tendo presente outros “processos AG.21L”, particularmente no Alentejo, consideramos, que as principais conclusões, feitos desafios para maximizar as potencialidades da Matriz Agenda21-Local, são as que, sinteticamente e em esboço, passamos a identificar.

- O arranque do Projeto, exigirá que, previamente, se desenvolvam iniciativas de sensibilização/formação/mobilização junto dos principais Agentes Locais, Municipais, Institucionais, Associativos e de Cidadanias Ativas, sobre a “Matriz AG.21”, que implica para a sua real concretização, que seja assumida como Prioridade pela Comunidade Municipal. (concretizando a 1ª fase, identificada por Xgf Yomj – “Fase de Compromisso e Sensibilização”-)
- Que os Municípios, enquanto promotores dos projetos em cooperação, se dotem de Equipas Técnicas Coordenadoras na efetivação dos processos, do início ao fim. Equipas especializadas, mas, também, com conhecimento/enraizamento territorial das/nas respetivas Comunidades Locais.
- Que, perante o de positivo e patrimonial se deixou nesta primeira década da AG21L, reconhecendo as falhas e, consequentes, conclusões/recomendações, que se perspetive uma 2ª Geração da Agenda 21 Local em Portugal, debaixo das seguintes premissas;
 - que os Processos sejam antecidos de Promoção, em diversas escalas territoriais, pública e institucional, dos pressupostos chave das AG.21.;
 - que os Processos sejam enquadrados Territorialmente, de diversas geografias, valorizando e potenciando tudo o que de diagnóstico e planeamento está realizado;
 - que a troca de experiências e cooperações entre diversos processos seja uma prática corrente, geradora de ensinamentos e de potenciação de recursos locais.

Em suma, perante a confirmação da correção e clareza das teses fundadoras da Agenda 21 Local, as inúmeras experiências de concretização pelo Poder Local, o apoio e

fomento realizado por Instituições Regionais, o elevado investimento financeiro e humano, convergências quanto ao balanço do realizado (nos êxitos e falhas) e a cada vez maior necessidade de “Territorializar o Desenvolvimento”, que, com inovação e redobrada responsabilidade, se relance um processo/movimento para a promoção e realização de “Agenda 21 Territorial”, de escalas e geometrias variadas, mas sempre partindo das Comunidades Locais.

Retomando os objectivos deste evento a “Agenda 21 Local” constitui uma forma de alimentar mentalidades, no sentido de potenciar o desenvolvimento socioeconómico das populações rurais e urbanas. A sua efectiva implementação pode constituir uma resposta, entre muitas que deverão se encontradas, de resposta à crise global.

BIBLIOGRAFIA

Albino, C. (2003). Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal, **Edição comemorativa do 10¹ aniversário da Animar.**

Amaro, R. (1990) O Puzzle Territorial dos anos 90- uma territorialidade flexível e uma nova base para as relações entre nações e regiões. **Vértice.**

Bryden, J. (1998) Novas Perspetivas para a europa rural: tendências globais respostas locais, Rural Europe- **Comissão Europeia, AEIDL.**

Dallabrida, R., Siedenberg D., Fernández, V. (2005). A Dinâmica Territorial do Desenvolvimento: Sua Compreensão a Partir da Análise da Trajetória de um Âmbito Espacial Periférico. **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional** . Brasilia

Friedman, J. e Weaver, C. (1979). **Territory and Function-the evolution of regional planning**, London, Edward Arnold.

Friedman, J. (1992). **Empowerment-the politics of alternative development**, Cambridge, Blackwell.

Joas, M.; Gronholm, B.. (2004). A Comparative perspective of self assessemet of Local Agenda 21 in European Cities. **Boreal Environment Research** nº 9 p. 499-507.

Macedo, M., Pinto, M., Macedo, P., Silva, M., (2012) **Agenda 21 Local em Portugal**, Grupo de Estudos Ambientais, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa.

Meindl, R.; and Magel, H., Agenda 21 (2004)– The Challenge to Sustainable Local Authorities: Conclusions of a Countrywide Evaluation in Bavaria. **Pharaohs to Geoinformatics**.

Quintas, Célia (2000), “O Mito da Interioridade – Desenvolvimento local no Alentejo”, in *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, 6 pp. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dede3445d0_1.PDF [Acesso em Outubro de 2007]

Reis, P. (2012). Desenvolvimento local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Educação Formação -Exedra nº6**.

Silva, F.; Gonçalves, A. (2005). “Agenda 21 Local”.**Cadernos Metrópole**, 14.´

Silva, J. (2006). O papel da Inovação e do conhecimento na construção da competitividade territorial. Conocimiento ,Inovation, empreendedores: Caminho al Futuro.

Stake, R. (2007). **A Arte de Investigação com Estudos de Caso**. Fundação Calouste Gulbenkian.

Medeiros, C.; Oliveira P. (2006). “Agenda 21 Local”- programa Local de Gestão do Desenvolvimento Sustentável: Metodologia de Desenvolvimento. **Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa**. Universidade Católica portuguesa.

UNITED NATIONS. United Nations Conference on Environment & Development Rio de Janeiro, Brazil, 3 to 14 June 1992 AGENDA 21

“AGENDA 21 LOCAL”. Portugal. 2013:

http://www.cidadessustentaveis.info/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=66 21 de Julho 2013.

Município de Aljustrel, “Agenda 21 Local” 2013:

<http://www.mun-aljustrel.pt/menu/405/agenda-21-local.aspx>